

XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

**As bases da recente historiografia da escravidão (2014-2019): uma abordagem  
quantitativa em R**

*The bases of the recent historiography of slavery (2014-2019): a quantitative approach  
using R*

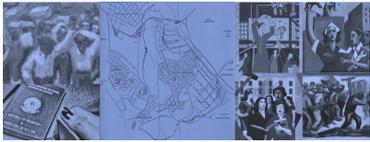
Francisco Balcão Carvalho; UNICAMP; franciscobalcc@gmail.com

RESUMO: A partir de uma abordagem computacional quantitativa, o estudo pretende apresentar a confirmação de que a historiografia brasileira acerca da escravidão sofreu uma ruptura nos anos 1980 que persiste como base para a historiografia universitária recente. Utilizando a linguagem R, combinada com a análise exaustiva de todos os trabalhos de dissertação e pós na área de História entre 2014-2019, o estudo mostra quais são os principais trabalhos e autores citados no período.

Palavras-chave: Historiografia. R. Escravidão.

ABSTRACT: From a quantitative computational approach, the study intends to present the confirmation that the Brazilian historiography about slavery suffered a rupture in the 1980s that persists as a basis for recent university historiography. Using the R language, combined with the exhaustive analysis of all dissertation and postgraduate works in the field of History between 2014-2019, the study shows which are the main works and authors cited in the period.

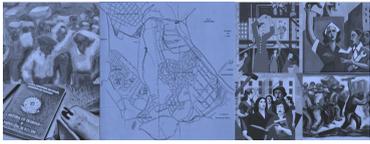
Keywords: Hisotriography. R. Slavery.



## Introdução

Este trabalho explora o consenso historiográfico em torno de uma ruptura que houve entre os anos 1980 e 1990 no Brasil. Embora classificada de maneiras diferentes, desconhece-se autor ou autora que veja uma continuidade clara entre os estudos sobre escravidão dos anos 1960 e 1970 e os das décadas seguintes. Esta ruptura foi reconhecida à própria época, em tentativas de promoção ou combate e continuou, posteriormente, consensual entre celebrações ou lamentações.

Englobando autores que vão de Caio Prado Júnior a Fernando Novais, de Florestan Fernandes a Jacob Gorender, com todas as suas divergências, a historiografia brasileira sobre escravidão de 1930 a 1970, ficou conhecida como “interpretação estruturalista da escravidão” (Marquese, 2013, p. 228). De acordo com Marquese (2013), estes autores privilegiaram “o tempo longo, e não o tempo curto, a visão de conjunto, que procurava inserir o Brasil no contexto mundial, as estruturas econômicas e sociais em detrimento dos acontecimentos políticos” (Marquese, 2013, p.226). Na década de 1980 houve uma tentativa consciente de outros autores para superar, ou substituir, estes paradigmas. Marquese (2013) aponta dois grupos: um que veio do programa de história da agricultura concebido pela professora Maria Yeda Linhares e que teve grande expressão na obra de Ciro Flamarion Cardoso; e outro que veio de parte do Instituto de Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP com uma leitura da metodologia de Edward Thompson aplicada a história social da escravidão. De certo modo, a obra escolhida por Marquese para exemplificar o primeiro grupo, *O arcaísmo como projeto* (Fragoso, Florentino, 1993), não representa um abandono completo dos debates dos chamados “estruturalistas” pois ainda há neste livro uma discussão entre dinâmica externa e interna, e uma ideia generalizante de “arcaísmo” para a elite fluminense que poderiam ser enquadradas na definição apresentada de estruturalismo. O desejo de separação destes novos autores em relação aos “estruturalistas” fica mais claro para outros temas mais específicos como a família escrava. Abordagens com perspectivas de “agência”, “experiência” e “estratégias” dos escravizados são caras à



esta nova historiografia e, portanto, o estudo das famílias escravas é um tema importante porque permite investigar estas características e seus limites. Em sua maioria, as obras pós-1980 que serão apresentadas e abordam a família escrava, começam o texto se diferenciando da “Escola Paulista de Sociologia” para depois entrar no tema da família escrava. Talvez o principal exemplo seja *Na senzala, uma flor* (Slenes, 2011), publicado pela primeira vez em 1999. Neste livro, após a crítica aos estudos dos anos 1930 – 1970, o autor avança na discussão ao tomar como certa a existência de famílias escravas no período da escravidão e questionar se elas reforçavam a ordem escravista e sua “paz” ou se ampliavam as tensões latentes.

Outro bom exemplo sobre a família escrava foi escrito por um dos autores de *O arcaísmo como projeto*. Lançado em 1997, *A Paz das Senzalas* (Florentino, Goés, 1997) mostra de maneira mais direta a ruptura de seus autores, Manolo Florentino em parceria com José Góes, com os “estruturalistas”, especialmente Jacob Gorender, em crítica que poderia facilmente ser transposta a Caio Prado Júnior ou Fernando Henrique Cardoso. O primeiro capítulo já se inicia com a crítica:

Houve uma época, e não faz muito, em que a historiografia tinha grande dificuldade de encontrar um caminho justo para avaliar aspectos centrais da escravidão, mormente aqueles relativos à família escrava. Na década de 1950, julgou que a escravidão era uma forma de organização social de efeitos tão deletérios e reificadores sobre os escravos que fazia viger, nas senzalas, a anomia (...) e a promiscuidade. (...). Tempos depois, vaticinou que as famílias escravas, por economicamente inviáveis, só existiriam como exceções. (Florentino, Goés, 1997, p.27)

O primeiro período da historiografia descrito faz referência implícita a Fernando Henrique Cardoso e o segundo é uma referência que no decorrer do texto se torna explícita a Jacob Gorender. Ao atestar que não existe mais dúvida historiográfica quanto a existência de famílias escravas, Florentino e Góes excluem o possível cálculo econômico dos senhores que impossibilitaria a organização de laços de parentesco e introduz a importância política da criação destes laços, mesmo que feitos e refeitos com certa frequência ao longo da vida dos cativos.

Outra obra de grande repercussão, desenvolvida a partir de uma tese orientada por Maria Yeda Linhares, *Das Cores do Silêncio* (Mattos, 2013) também aborda a questão familiar. Para além da diferenciação proposta pela autora com os autores ditos

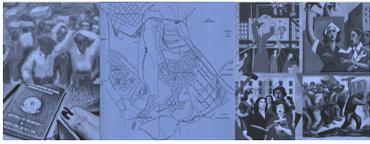


estruturalistas, este livro é importante para mostrar sua aproximação com diversos docentes da UNICAMP (Universidade de Campinas), o segundo grupo descrito por Marquese (2013). Os agradecimentos se referem aos professores da universidade campineira e a apresentação da terceira edição, de 2013, é de Robert Slenes, professor titular da UNICAMP por muitos anos. Neste texto, de Gilberto Freyre a Jacob Gorender, passando por Caio Prado Júnior e Fernando Henrique Cardoso, Slenes apresenta a principal crítica feita aos “estruturalistas”, bastante repetida em textos futuros e passados:

Nas grandes interpretações a respeito da escravidão e do sistema escravista no Brasil, anteriores à de Mattos, os escravos, libertos e livres pobres praticamente não têm vez. (...) Em oposição a esses estudos, Mattos afirma, com base em resultados empíricos novos e convincentes, que livres pobres e escravos tinham, de fato, uma significativa autonomia de cultura e ação; portanto, há que levá-los em conta, se o objetivo é explicar o movimento da história. (Slenes, 2013, p.15)

Slenes (2013, p. 15) continua ao afirmar que na historiografia antiga os senhores e *plantations* dominavam tudo, citando diretamente Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, a Escola Paulista de Sociologia e Jacob Gorender. O trabalho de Mattos, ao contrário, mostraria a “significativa autonomia de cultura e ação” dos escravizados e livres pobres. A parte da metodologia descrita na apresentação é o que diferencia completamente esta nova historiografia dos estruturalistas. De um lado, a micro-história italiana de figuras como Giovanni Levi e Carlo Ginzburg é apresentada como grande inspiração de Mattos ao iniciar sua pesquisa na pequena escala para depois alargá-la. De outro lado, mas em constante diálogo, um novo marxismo representado por Edward Thompson em leitura específica do conceito de hegemonia proposto por Gramsci, buscava desvelar a experiência e entendimento de mundo dos trabalhadores. No final dos anos 1970, segundo Slenes, ambas correntes eram debatidas frequentemente na UFF, local de formação de Hebe Mattos. Foi este segundo lado, uma leitura particular de Thompson e Gramsci, que mais influenciou o segundo grupo descrito por Marquese (2013) de alguns pesquisadores e pesquisadoras da UNICAMP.

Uma das autoras que mais discutiu as ideias de Thompson em relação à escravidão foi Silvia Lara, tanto em sua tese de doutorado, publicada como livro em 1988, como em artigo de 1995, *Blowing in the wind: E. P. Thompson e a experiência*

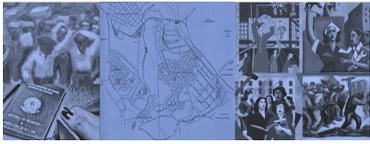


*negra no Brasil* (Lara, 1988 e Lara, 1995). Neste artigo, Lara faz a conexão da obra de Thompson, focada na formação da classe operária inglesa do século XVIII, com a escravidão brasileira. A relação, claramente, não é temática, mas metodológica. A partir das investigações do historiador britânico, que valoriza a experiência das classes mais pobres no processo histórico, a autora parte para o conhecimento e entendimento da experiência escrava. Mais do que passivos, estes escravizados e escravizadas possuíam desejos e formas de ação que levavam os senhores a conceber a “escravidão como uma relação permeada de ‘direitos’ e ‘deveres’ ... recíprocos” (Lara, 1995, p.47). Fora do Brasil este movimento de reescrita da história da escravidão também ganhou fôlego, sendo um exemplo o livro de Eugene Genovese, *Roll, Jordan, Roll* para o Sul dos EUA.

Este uso de autores ligados ao marxismo, como Thompson e Gramsci, foi uma das motivações de Jacob Gorender, autor estruturalista, para escrever *Escravidão Reabilitada* em 1990. Neste livro em tom de denúncia e crítica são identificadas diversas formas de possível reabilitação da escravidão como benéfica, leve ou doce, em um retorno às ideias de Gilberto Freyre:

Ao dar a virada neopatriarcalista completa em *Roll, Jordan, Roll*, Genovese se situou no terreno ambíguo de um antimarxismo também admissível como marxismo brando ou “renovado” (...). Também daí só poderia advir a revalorização do enfoque de Gilberto Freyre, cujo *Casa Grande & Senzala* constituiu um arquétipo para o historiador norte-americano (Gorender, 1990, p. 16)

Este livro marcou uma série de debates entre Gorender, Lara e Chalhoub, um colega de UNICAMP que já havia apresentado a “teoria do escravo-coisa” em artigo da revista *Trabalhadores* em 1889, famosa no livro *Visões da liberdade*, de 1990. Em oposição a valorização da experiência escrava, a “teoria do escravo-coisa” uniria autores que consideraram os escravizados como pessoas despossuídas de humanidade, a violência as teria levado a perder a própria subjetividade. Chalhoub liga as produções de Perdígão Malheiros, em 1860, com Fernando Henrique Cardoso, 1960, e Jacob Gorender, 1979 como trabalhos que consideravam os escravizados como animais que não se viam como humanos, seja para denunciar os males da violência da escravidão, seja por não perceber que os relatos de viajantes europeus da época colonial estavam recheados de racismo (Chalhoub, 1990a). Cardoso (1977) não deixa dúvidas quanto a



“coisificação” alegada pelo autor da UNICAMP, porém Gorender foi mais cuidadoso ao tratar do assunto, é possível afirmar que tratou da percepção dos senhores em relação aos escravizados, não os reificando simplesmente. De qualquer modo, a eleição deste inimigo, “a teoria do escravo-coisa” por um lado e a defesa de que a nova historiografia estava reabilitando Gilberto Freyre, por outro, serviram de tema para um grosseiro debate na Folha de São Paulo (Gorender, 1990b; Chalhoub, 1990b; Lara, 1991) e para as falas de Gorender e Lara em um congresso da UFOP, em 1992 (Gorender, 1992; Lara, 1992). O que fica patente em todos estes espaços é a incapacidade dos dois lados do debate de dialogarem, o único consenso é de que estão em lados opostos.

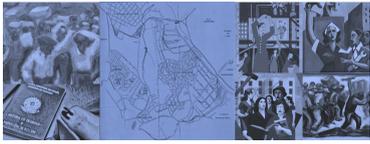
A partir da divisão proposta por Marquese (2013) e a apresentação de textos de Florentino e Goés (97), Mattos (2013 [1995]), Gorender (1979; 1990; 1991; 1992), Chalhoub (1990; 1991), Lara (1988; 1991; 1992; 1995), fica claro que os próprios historiadores e historiadoras, voltados ao estudo da escravidão da década de 1990, estavam em consenso sobre a mudança historiográfica, mesmo que a defendendo ou condenando. Além de Marquese (2013) e Slenes (2013) já apresentados, outros autores dos anos 2000 continuam no mesmo consenso. Mário Maestri segue a linha de Gorender ao defender que:

reduzida ao estudo da singularidade e desconectada da visão de totalidade, o estudo da escravidão dedicou-se sobremaneira aos *pactos* e *consensos* entre escravizados e cativos e à proposta universalizante de família escravizada estável. (Maestri, 2011, p. 44)

Como mostrado, autores e autoras desde 1990, reconheceram a ruptura historiográfica. A historiografia universitária recente segue o mesmo caminho. Mais ou menos ao acaso, foram selecionadas duas dissertações e duas teses recentes como exemplo.

Roberto Adolfo, em dissertação defendida em 2014 na UNESP de Assis, já identifica esta mudança nas primeiras linhas de sua introdução:

O objetivo desta dissertação consiste em analisar um momento específico da historiografia da escravidão. Trata-se de um período – passagem dos anos 1960/1970 para os anos 1980 – no qual a historiografia brasileira, de forma geral, sofreu diversas reformulações, tanto teórico-metodológicas, temáticas e empíricas, quanto institucionais. (Adolfo, 2014, p. 7)

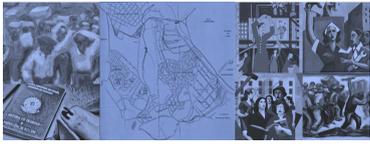


Nas linhas seguintes, mostra como a historiografia dos anos 1960/70 estava mais ligada a um “modo de fazer história de viés teórico e marxista e economicista, que priorizava a totalidade da sociedade”. A historiografia seguinte, por outro lado, buscou entender o escravizado enquanto agente histórico. A historiografia da escravidão brasileira é reconstituída de maneira já apresentada, ainda que com maior profundidade: Gilberto Freyre com *Casa Grande & Senzala* rompe com um racismo europeu que reverberava nas obras de Oliveira Vianna e Nina Rodrigues ao valorizar a miscigenação. Por outro lado, em época próxima, Caio Prado Júnior buscou entender a estrutura da sociedade escravista e seu sentido, em *Formação do Brasil Contemporâneo*. As obras de Caio Prado Júnior influenciaram os posteriores debates acerca de um modo de produção colonial, fosse ele feudal, semi-feudal ou escravista colonial. Durante os anos 1950 um grupo surge combatendo as ideias de Gilberto Freyre ao se marcar a violência do sistema escravista, característica já ressaltada da obra *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* de Fernando Henrique Cardoso. Por fim, nos anos 1980 surgem novos temas de pesquisa relacionados a demografia escrava, preços e aspectos culturais. No fim, o que as une é a noção do escravizado enquanto agente histórico.

Outra dissertação (Abreu, 2017), esta da UFRGS, defendida em 2017, divide a historiografia da escravidão brasileira em três momentos: primeiro, Gilberto Freyre com *Casa Grande & Senzala*; segundo, um grupo de autores ligados a modos de produção como Gorender, Florestan Fernandes, Fernando Novais, entre outros; terceiro, foco na agência, experiência e resistência escrava, com autores e autoras como Sidney Chalhoub, Silvia Lara, João José Reis, Keila Grinberg, entre muitos outros.

Já Roger Silva, em sua tese defendida em 2017 na UFF, investiga as relações do abolicionismo do fim do século XIX com as publicações do *Jornal do Commercio* à época, além de outros periódicos. Com foco mais específico no processo da Abolição, o trabalho segue em linha com o consenso apresentado nas páginas acima:

Tais estudos [Escola Paulista nas décadas de 1950 e 1960] foram influenciados pelas teorias marxistas que partiam de uma visão materialista da sociedade. Na década de 1980, por sua vez, houve um deslocamento no enfoque, passando-se a ressaltar a ação dos sujeitos históricos. (Silva, 2017, p. 20)



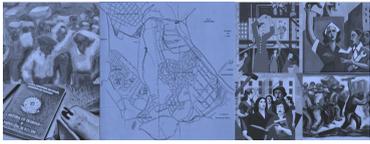
Por fim, uma tese defendida em 2017 (I. Silva, 2017, p. 42). Logo no início do primeiro capítulo, com a cidade de São Luís do Maranhão de fundo, a autora divide a historiografia brasileira da escravidão em três períodos: o primeiro, com Gilberto Freyre e uma visão paternalista; o segundo, com uma discussão econômica do escravizado, composto por Caio Prado Júnior, Gorender, entre outros; e o terceiro que tenta compreender os escravizados e escravizadas como agentes de suas próprias histórias, composto por Silva Lara, Sidney Chalhoub, entre outros.

Temáticas diferentes, abordagens diferentes, bibliografias diferentes, locais diferentes, profundidades historiográficas diferentes, valorizações diferentes e praticamente a mesma leitura sobre a ruptura historiográfica em todos os textos lidos. A percepção da mudança historiográfica que ganhou força nos anos 1980 e se consolidou nos anos 1990 é consensual desde sua época. Como apresentado, foi percebida, almejada ou recusada em sua época, ganhou o debate e permanece incontestado até hoje na produção historiográfica das universidades brasileiras, entre comemorações e lamentações.

Este trabalho não pretende questionar esta ruptura, está de acordo com sua delimitação. Embora nenhuma ruptura nas ciências sociais seja total, a mudança historiográfica é clara. O objetivo deste trabalho é atestá-la de outra maneira. Todos os exemplos acima, com todos os méritos respectivos, apreendem este movimento historiográfico de modo qualitativo. Com maior ou menor profundidade e variedade, selecionam obras que julgam de maior impacto e mostram como elas dialogam entre si, se superam, ou se opõem. O objetivo deste trabalho é confirmar a ruptura historiográfica pós-1980 a partir de uma nova perspectiva: as bases da historiografia universitária recente (2014 – 2019). Ao demonstrar que a maioria dos trabalhos recentes utiliza em maior grau obras pós-1980, espera-se contribuir para a caracterização da mudança.

## **Metodologia**

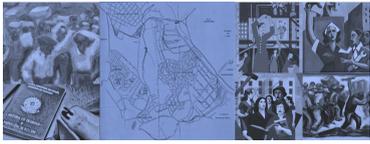
Para avaliar a importância quantitativa dos trabalhos, todas as O levantamento das universidades que possuem cursos de pós-graduação em história foi feito com base no relatório de avaliação quadrienal da Capes para o período 2014-2017 (Brasil, 2017).



Optou-se por selecionar apenas os cursos de doutorado e mestrado stricto sensu. Com isso, os mestrados profissionais do ProffHistória ficaram de fora. Embora claramente importantes para a pesquisa brasileira, muitos ainda estavam em estágio inicial de execução nas universidades entre 2014-2019 e as informações não pareceram tão acessíveis.

A metodologia busca selecionar os trabalhos que tenham a escravidão como um dos temas centrais. A escolha do critério desta seleção não foi fácil porque praticamente qualquer investigação que passeie pelos séculos XVI – XIX na América portuguesa ou Império brasileiro acaba avistando, esbarrando, conversando ou ouvindo um escravizado ou escravizada. Entre a rigidez de selecionar apenas trabalhos que mencionassem a escravidão no título ou nas palavras chaves e o aceite de qualquer trabalho que faça menção a escravidão, optou-se por um critério abrangente: a relação número de palavras com o radical “escrav” e o total de páginas igual ou maior que 1. A contagem das palavras foi feita pelo contador do navegador Google Chrome ao abrir os arquivos em PDF de cada trabalho. O radical “escrav” foi escolhido porque abarca, somente, palavras relacionadas a escravidão: escravo, escrava, escravidão, escravizada, escravizador, escravatura... Não foram achadas outras palavras que comecem com “escrav” e possam poluir a contagem, como “escracho” poderia poluir, caso o radical escolhido fosse “escra”. Este método exclui os autores ou autoras que preferem o termo “cativo” ou “cativa”, que se supõem que sejam poucos ou nenhum, e também privilegia o estilo de quem gosta de repetir palavras com o radical “escrav” em vez de outros substantivos, muitas vezes até os nomes das escravizadas ou escravizados. Apesar destes limitantes, acredita-se que a seleção foi bastante profícua, sendo que o maior limitador da análise foi a entrada de trabalhos que talvez não estejam tão ligados à temática da escravidão e não a retirada de trabalhos cujo foco seja a escravidão.

O acesso aos trabalhos foi feito via disponibilidade dos sites das universidades. Por ter sido feito durante a pandemia de Covid-19, é possível que a seleção tenha sido prejudicada por conta do trabalho remoto ao qual as bibliotecas foram submetidas, o que pode ter atrasado, dificultado ou até impossibilitado a disponibilização ou manutenção dos trabalhos mais recentes. De qualquer modo, com algumas exceções, o



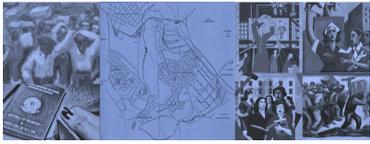
acesso não foi complicado e praticamente todas as teses e dissertações no campo da História entre os anos de 2014-19 estavam disponíveis para download na época da coleta. A definição da data de cada trabalho se deu pela data de defesa expressa pelo site ou pelo próprio arquivo do trabalho, o que estivesse mais claro ou disponível.

Dentre as 7476 teses e dissertações a que se teve acesso, foram selecionadas 449. Ou seja, 6% dos trabalhos produzidos no Brasil na pós-graduação em História tem a escravidão como um dos pontos principais, segundo o critério explicado acima. Este número, obviamente, varia conforme as regiões e universidades e sua dispersão será discutida na sessão de resultados.

Para extração de estatísticas relevantes foram criadas duas tabelas. A primeira delas, focada nas universidades, computou a quantidade de trabalhos publicados por universidade e ano. Já a segunda, focada nos trabalhos, armazenou as seguintes informações: páginas inicial e final das referências do trabalho, autor ou autora, orientador ou orientadora, ano, nível (mestrado ou doutorado), universidade, tipo institucional (particular, estadual ou federal), estado, região e nota Capes. Com essas informações, foi possível criar e explorar subgrupos que serão discutidos adiante.

A linguagem R, combinada com o software RStudio, foi escolhida para tratar os dados por sua renomada capacidade de lidar com estatísticas. A principal inspiração para a estrutura deste código está no livro *Text mining with R: a tidy approach* (Silge, Robinson, 2017) pela proposta de organização dos dados. Embora o código aqui desenvolvido não use, estritamente, o formato de dados tidy, tampouco as funções desenvolvidas pela autora e autor, as ideias e formas de processamento de linguagem natural propostas no livro serviram de base para o código que foi explicado detalhadamente no Anexo 1 para leitores ou leitoras familiarizados com programação.

De maneira mais geral, dentro do espaço das referências de cada dissertação ou tese, o programa criado seleciona todas as palavras em caixa-alta seguidas de vírgula. Elas são consideradas como os sobrenomes dos autores ou autoras, desde que não façam parte de uma lista de palavras proibidas, como nomes de instituições (USP, UFRJ...) ou estados (MA, PB...) entre outras. Este sobrenome, junto com a palavra seguinte, considerada o primeiro nome, é armazenado uma única vez por trabalho, ou seja, cada



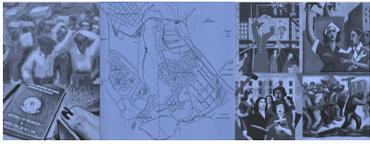
XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

referência entra apenas uma vez, mesmo que seja citada mais de uma vez. Este processo mostrou ótimos resultados com a comparação humana e não conseguiu extrair informação nenhuma de apenas 7 trabalhos, 1,5% do total. Esta escolha de entrada única dos autores foi feita tanto por motivos do código quanto por motivos exploratórios.

Do lado computacional, a inclusão da repetição dos autores está além da capacidade do autor deste artigo, pois a identificação da repetição indicada por uma sequência de underscores não é sequencial. O exemplo 1 ilustra este problema:



### EXEMPLO 1: Dificuldade computacional de identificar repetições

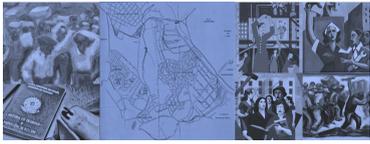
FRAGOSO, João L. R. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. In: Topoi, vol. 11, n. 21, jul-dez. 2010

\_\_\_\_\_. O capitão Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. IN: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Exercícios de Micro-história. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009

\_\_\_\_\_. Afogando em nomes: temas e experiências em História Econômica. Topoi. Rio de Janeiro, dezembro de 2002. (Lima, 2016)

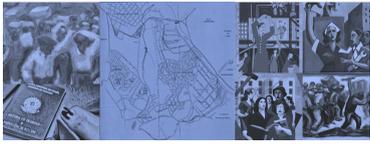
Embora seja claro, para um humano, que os três textos da sequência sejam de João Fragoso, transpor isso para o computador não foi tarefa fácil. A primeira sequência de underscores faz referência a última entrada de caixa alta seguida de vírgula (FRAGOSO, João), mas a segunda não, o programa teria que identificar que “FGV,” “ALMEIDA,” e “OLIVEIRA,” não são os autores referenciados e isso está além da capacidade de programação do autor deste texto.

Por outro lado, mais feliz, a extração por entradas únicas permite avaliar melhor a presença de autores e autoras de modo que uma tese que cita muitas vezes o mesmo autor ou autora não “contamine” as demais. Uma boa amostra disso pode ser vista a partir da tese do exemplo 1 ao se pensar no número total de citações. Além da tese do exemplo, foram selecionadas mais quatro teses defendidas em 2016 na UFF, totalizando cinco trabalhos. Em um deles, há sete citações ao historiador João Paulo Pimenta, enquanto nos outros não há nenhuma. Dividindo o total de citações pelo número de trabalhos (7/5), o resultado seria de 1,4 citações deste historiador por doutorados sobre escravidão na UFF em 2016. Já o autor Robert Slenes é citado por três trabalhos num total de seis vezes. Dividindo o total de citações pelo número de trabalhos (6/5), o resultado seria de 1,2 citações deste historiador por doutorados sobre escravidão na UFF em 2016, resultado próximo ao de Pimenta, mas que não permite perceber a



pulverização de cada autor. Já pelo método das entradas únicas, onde cada autor é contado apenas uma vez por trabalho, o resultado para Pimenta seria a presença em 20% (1/5) dos trabalhos e Slenes, 60% (3/5) dos trabalhos. Embora se perca a noção do volume de cada autor nos trabalhos, este sistema de entradas únicas é melhor para mapear a presença dos autores numa grande quantidade de trabalhos, fugindo de casos como o descrito acima.

Depois da extração de todos os autores para cada trabalho, o programa faz um refinamento dos dados obtidos. Isto foi necessário para que leituras diferentes da mesma referência pelo computador ou erros de digitação dos mestres ou doutoras não atrapalhassem a contagem. Como explicado acima, o programa seleciona palavras em caixa-alta seguidas de vírgula e as armazena com a palavra seguinte. Ou seja, ao ler “CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira...”, o programa vai armazenar a entrada “CANDIDO, Antonio”. Porém, por questão pessoal ou institucional, alguns autores ou autoras citam: “CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira...”, de forma que o programa vai armazenar “CANDIDO, A.”. Por isso, foi necessária uma união destas entradas que eram consideradas diferentes. Além disso, o programa diferencia palavras acentuadas das que não possuem acento, então “Cândido, Antônio” se torna diferente de “Candido, Antonio”. Talvez nem seja possível dizer que este é um problema de falta de atenção porque muitos nomes não seguem as regras ortográficas, o próprio Antonio Candido assinava sem nenhum acento. Por fim, o nome completo do famoso autor é Antonio Candido de Mello e Souza, então a citação correta talvez fosse “SOUZA, Antonio”, também vista em outros trabalhos selecionados. Este longo exemplo serve para mostrar as dificuldades e etapas da programação, não para apontar os erros das mestras e doutores nas suas referências. Se alguns autores ou autoras foram consagrados com nomes específicos que diferem do padrão estabelecido de “ÚLTIMO SOBRENOME, Nome.”, cabe ao programador conseguir unir isso. Outro exemplo pode ser visto com a autora Hebe Mattos, cujo nome completo é Hebe Maria Mattos de Castro. Por ser conhecida como Hebe Mattos, há muitas citações como “MATTOS, Hebe”, mas também há “CASTRO, Hebe”. Foi necessário unir as duas grafias e, além disso, tirar a diferença de trabalhos que citam tanto “MATTOS, Hebe” quanto “CASTRO, Hebe”, para, às vezes, o mesmo livro.



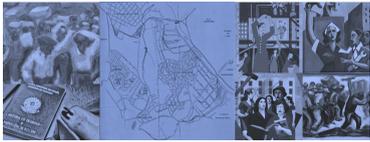
Além dos problemas de acentos em nomes próprios que fogem das regras ortográficas e nomes consagrados, o programa teve que refinar as referências com erros de atenção principalmente ligados a nomes estrangeiros. Além do problema do (possível) acento no primeiro nome, a autora Lilia K. M. Schwarcz, teve seu último sobrenome escrito de 9 maneiras diferentes. Todas as grafias foram aceitas na contabilização das referências, sempre conferindo se não se tratava de outro autor ou autora e se não havia duplicatas dentro do mesmo trabalho com outra grafia. De qualquer modo, mesmo neste caso extremo, a grande maioria das citações estava certa, das 141 referências feitas a autora, menos de 20 estavam diferentes do correto.

A conferência de citações diferentes para a mesma pessoa foi feita para todos os casos que somassem mais de 15 dentre os 450 trabalhos. Os dois parágrafos acima servem para ilustrar o problema e mostrar que os resultados não podem ser tomados de maneira absoluta. Apesar de uma conferência rigorosa, é possível que alguma grafia tenha passado despercebida, por isso os resultados devem ser vistos sempre em um intervalo de mais ou menos 3. Ou seja, o total de citações a Lila Schwarcz, extraído por este programa, é  $141 \pm 3$ .

Por fim, é importante ressaltar que o programa não diferencia autoria de livro, artigo, coletânea de artigos ou até textos de jornal. Todos têm o mesmo peso na contagem. Além da dificuldade de fazer o programa entender essa diferenciação, o tipo de publicação citada também diz muito sobre a historiografia.

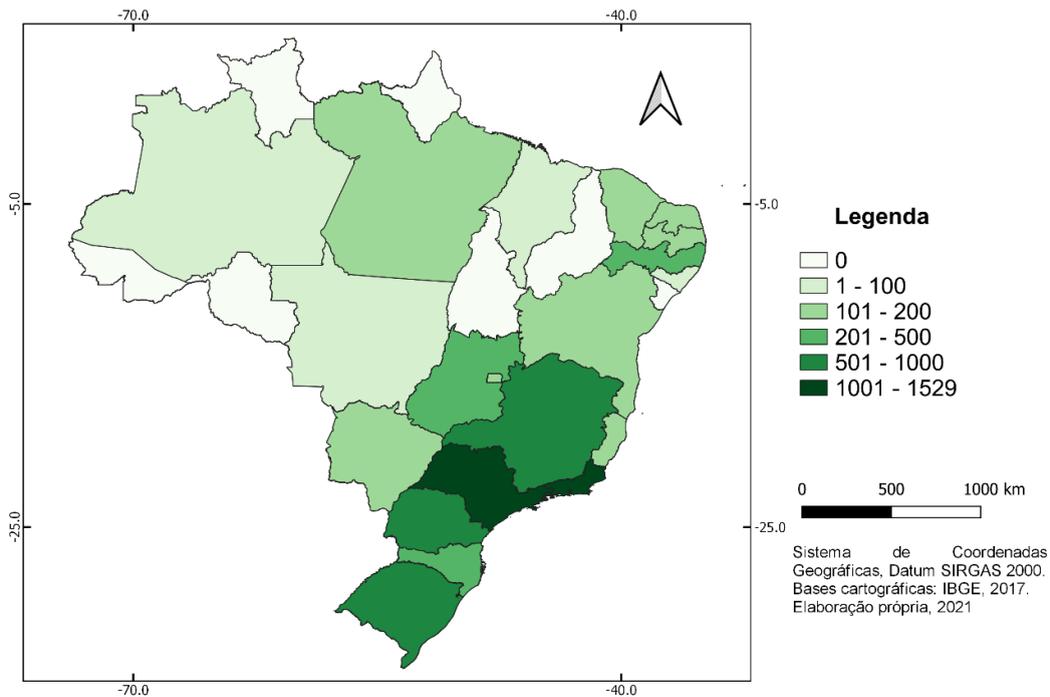
## **Resultados**

De acordo com o relatório de 2017 de avaliação quadrienal da CAPES (BRASIL, 2017), os programas de pós-graduação em história do Brasil estão em todas as regiões, com maior incidência no sudeste do país. Além do maior número de programas, muitas faculdades da região Sudeste possuem grande média de alunos por turmas, o que faz com que a produção total de teses e dissertações de história nessa região seja praticamente metade do total do país. O mapa 1 mostra a distribuição por estado das 7476 dissertações e teses acessadas para esta pesquisa.



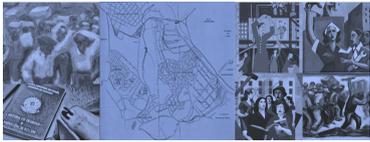
### MAPA 1: Total de trabalhos defendidos em Instituições de Ensino Superior (IES) na área de história no Brasil por estado (2014 – 2019)

#### Total de dissertações e teses defendidas nas IES brasileiras de história entre 2014 e 2019 separado por estados



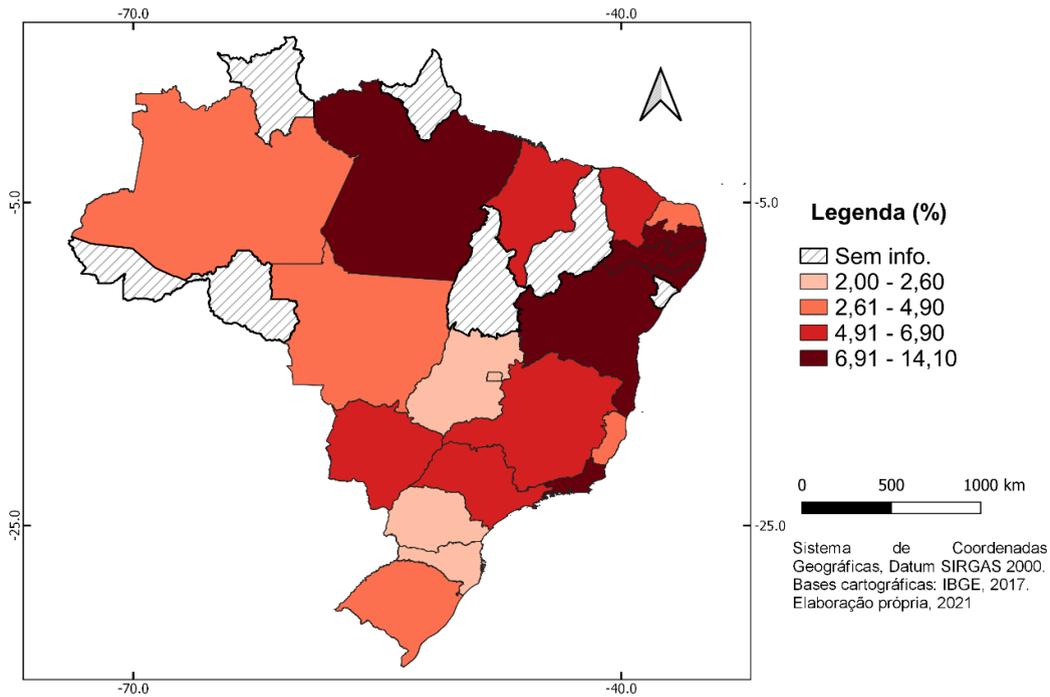
Não se pode afirmar que os estados que não possuem trabalhos no mapa não possuem programas de pós-graduação em história, é possível que as dissertações e teses não estivessem disponíveis de maneira virtual na época da coleta por conta das restrições de trabalho provocadas pela pandemia de Covid-19. Além disso, reitera-se, os trabalhos de programas lato-sensu, como o profHist não foram selecionados

Já o Mapa 2 traz os dados ponderados pela quantidade de trabalhos totais de cada estado. Os estados que possuem maior percentual de trabalhos sobre escravidão são Bahia, Alagoas e Paraíba, os três no Nordeste do país.

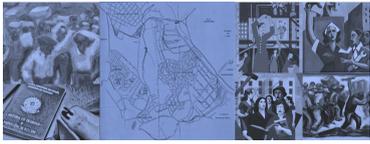


## MAPA 2: Trabalhos sobre escravidão defendidos nas Instituições de Ensino Superior em relação ao total de cada estado (2014 – 2019)

### Trabalhos nas IES brasileiras de história sobre escravidão em relação ao total dos próprios estados entre 2014 e 2019 (%)



A região que possui menos trabalhos em números absolutos e relativos é o Centro-Oeste, com 20 trabalhos sobre escravidão dentre 633 totais, o que representa 3,16%. Já o Nordeste, com 8,28% dos trabalhos sobre escravidão e o Sudeste, com 270 trabalhos sobre escravidão, se sobressaem com os maiores números relativos e absolutos, respectivamente. A tabela 1 apresenta todos os dados por região:



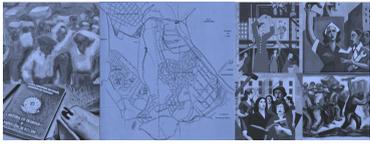
**TABELA 1: Trabalhos totais e sobre escravidão nos programas de pós de História no Brasil por região (2014-2019)**

<b>Região</b>	<b>Trabalhos - Total</b>	<b>Trabalhos – escravidão</b>	<b>Escravidão/ Total</b>
N	172	11	6,40%
NE	1075	89	8,28%
CO	633	20	3,16%
SE	3914	270	6,90%
S	1682	59	3,51%
<b>Total</b>	<b>7476</b>	<b>450</b>	<b>6,02%</b>

**Fonte: Elaboração própria. Dados das universidades.**

A tabela 1 mostra que o maior número de trabalhos sobre escravidão na região Sudeste se dá pelo maior número de trabalhos totais da região. Já a região Nordeste possui um menor número absoluto de trabalhos sobre escravidão, mas quantidade relativa superior, praticamente 1 a cada 12 trabalhos são sobre escravidão. A região Norte possui uma quantidade relativa próxima ao Sudeste, mas em números absolutos produziu 25 vezes menos trabalhos. Obviamente, isso se dá pela quantidade maior de universidades com programa de pós em História na região Sudeste. Enquanto a região Norte conta com UFPA e UFAM, a região Sudeste conta com mais de 20 programas de pós em História.

O total de programas de mestrado em História selecionados foi de 61, sendo 36 de instituições federais (59%), 17 estaduais (28%) e 8 particulares (13%). A tabela 2 mostra os dados apenas de mestrado dos programas que possuem mais de 10% de seus trabalhos sobre escravidão. Estas instituições estão majoritariamente no Sudeste e Nordeste, com destaque para Rio de Janeiro e Bahia. Optou-se por separar mestrado e doutorado porque muitas instituições não possuem doutorado.



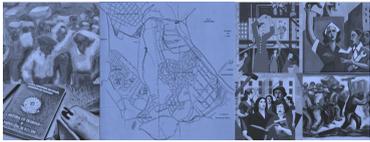
**TABELA 2: Programas de mestrado com maior porcentagem de dissertações sobre escravidão no Brasil (2014-2019)**

Instituição	UF	Trabalhos - Total	Trabalhos - Escravidão	Escravidão/ Total
	M			
UFSJ	G	73	13	17,81%
UNEB	BA	17	3	17,65%
UFBA	BA	68	11	16,18%
UNIRIO	RJ	92	12	13,04%
UFRJ Social	RJ	71	9	12,68%
UFPB	PB	109	13	11,93%
UFAL	AL	64	7	10,94%
UFRRJ	RJ	131	14	10,69%
UFPA	PA	66	7	10,61%
UNIVERSO	RJ	76	8	10,53%
UFPE	PE	106	11	10,38%

**FONTE: Elaboração própria. Dados das universidades.**

Vale notar que existem programas que possuem áreas de concentração ou linhas de pesquisa diretamente ligados ao estudo da escravidão, por exemplo “Escravidão e Invenção da Liberdade”, da UFBA. O Rio de Janeiro se destaca nesse quadro pois possui a única universidade privada (UNIVERSO) dentre estas 12, enquanto a única estadual é baiana (UNEB). As outras 10 são federais, o que está bastante acima da média geral de 59%, representando 86% do total apresentado na tabela 2.

Quanto aos programas de doutorado, o número de programas é de 40, sendo 23 federais (58%), 11 estaduais (27%) e 6 privadas (15%), com aproximadamente 2/3 do total de programas de mestrado, a proporção é quase idêntica.



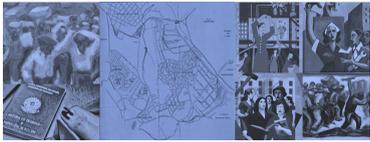
**TABELA 3: Programas de doutorado com maior porcentagem de dissertações sobre escravidão no Brasil (2014-2019)**

Instituição	UF	Trabalhos -		
		Total	Trabalhos - Escravidão	Escravidão/ Total
UFBA	BA	45	9	20,00%
UFC	CE	50	7	14,00%
UFOP	MG	23	3	13,04%
UFJF	MG	40	5	12,50%
UFRJ Social	RJ	76	8	10,53%
UFRGS	RS	87	9	10,34%
UERJ História	RJ	30	3	10,00%

**FONTE: Elaboração própria. Dados das universidades.**

A ausência de qualquer instituição paulista nas duas listas é um destaque, ainda mais se for levado em conta que o programa que mais produziu trabalhos que entram nos critérios da seção 2.1.1 foi o doutorado em História Social da USP, com 22. Além deste programa, só o mestrado e doutorado da UFF, fluminense, chegaram a pelo menos 20 trabalhos entre 2014 e 2019. A ausência tanto da USP quanto da UFF nas duas tabelas acima se dá pela quantidade de trabalhos totais produzida nos programas, mais de 200 para cada.

Dos 450 trabalhos selecionados, uma autora e dois autores aparecem em mais de 50% dos trabalhos como referências bibliográficas: Hebe Mattos (62%), Sidney Chalhoub (58%) e João Reis (57%). Os principais autores e autoras e suas frequências podem ser vistos na tabela 4.

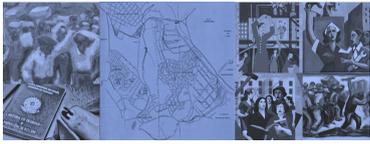


**XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas**

Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



**ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA**



**Tabela 4: Autores com maior número de referências na historiografia sobre escravidão no Brasil (2014 – 2019)**

<b>Autores</b>	<b>Referências</b>
Hebe Mattos	279
Sidney Chalhoub	261
João Reis	254
Robert Slenes	223
Flávio Gomes	222
Silvia Lara	213
Manolo Florentino	204
José Carvalho	194
Stuart Schwartz	193
João Fragoso	185

**Fonte: elaboração própria**

Dentre os dez autores mais citados, é possível notar uma forte influência de docentes que tiveram a maior parte da sua atuação profissional na UNICAMP (Sidney Chalhoub, Silvia Lara e Robert Slenes), UFBA (João Reis e Flávio Gomes) e de duas Universidades do Rio de Janeiro, UFF e UFRJ (Hebe Mattos, Manolo Florentino, João Fragoso e José Carvalho). Embora essa descrição ainda seja superficial, dado que muitos destes historiadores e historiadoras fizeram suas formações em outras universidades e também lecionaram em outros locais, não deixa de ser expressivo que 90% deles se concentre em três locais e quatro universidades. O único que não faz parte deste círculo é um estrangeiro, Stuart Schwartz. Dos 449 trabalhos levantados pelos critérios da seção 1.2.1, aproximadamente 94% citam pelo menos um dos dez principais nomes em frequência.

Dentre os 50 autores mais citados, apenas 5 são estrangeiros que não tratam da escravidão brasileira. O primeiro deles, presente em 38% dos trabalhos, é Carlo Ginzburg, identificado com a micro-história. O segundo, aqui identificado com uma corrente do marxismo britânico, é Edward Thompson, presente em 37% dos trabalhos. Os outros três, Peter Burke, Eric Hobsbawm e Giovanni Levi, aparecem em 26%, 25% e 22% dos trabalhos respectivamente. Estas posições metodológicas, identificadas por estes autores, serão exploradas no cap 2. Uma ausência que talvez cause surpresa dentre

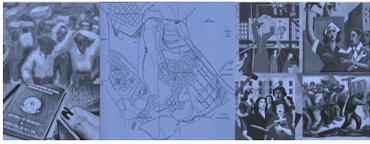


os cinquenta mais citados são os franceses, com sua óbvia influência na historiografia europeia e brasileira do século XX. O primeiro deles na lista é Jacques Revel (51º, 20% das obras) seguido por Pierre Bordieu (52º, 20%), Michel Foucault (76º, 16%), Roger Chartier (81º, 15%), Jacques Le Goff (83º, 15%) e Michel Certeau (89º, 14%). Outros nomes mais famosos ligados à escola dos Annales aparecem depois do 100º como Marc Bloch (13%) e Fernand Braudel (10%).

Em relação aos autores e autoras ligados à história da escravidão britânica, norte-americana e do Caribe, Eugene Genovese (100º, 14%) e Robin Blackburn (100º, 14%) são os únicos entre os 100 mais citados, seguido por David Brion Davis (8º), Seymour Drescher (7%), Eric Williams (7%) Natalie Davis (6%), Stanley Engerman (4%), Frank Tannenbaum (4%), C. L. R. James (4%). Outros nomes conhecidos como Thomas Bender, Robert Fogel, William Wilberforce têm menos de 15 citações. Em relação ao século XIX, Karl Marx aparece com 37 (8%) citações, Max Weber com 19 (4%), Émile Durkheim, Friedrich Engels e Georg Hegel todos com menos de 15 (menos de 3%).

Outro grupo que merece destaque é a chamada “geração de 30”, composta principalmente por Gilberto Freyre (12º, 39%), Sérgio Buarque de Holanda (26º, 29%) e Caio Prado Júnior (55º, 19%). Por fim, seis autores e autoras “estruturalistas” entre os 100: Emília Viotti (13º, 38%), Ciro Cardoso (19º, 36%), Jacob Gorender (36º, 23%), Florestan Fernandes (52º, 20%), Fernando Henrique Cardoso (56º, 19%), Fernando Novais (66º, 18%) e Celso Furtado (13%), Nelson Werneck Sodrê (12%), Octavio Ianni (10%) depois dos 100 mais citados. Antônio Barros de Castro, Ignácio Rangel e Ruy Mauro Marini tiveram menos de 15 citações (menos de 3%). Dentre os estruturalistas, talvez seja possível considerar um grupo de autores ligados a história global, segunda escravidão e tráfico atlântico ou mundial: Luiz Alencastro (17º, 37%), Ricardo Salles (22º, 32%), Rafael Marquese (25º, 29%) e Dale Tomich (85º, 15%). A lista completa dos 100 autores mais citados pode ser conferida na tabela 5.

A obra mais citada dentre todos os 449 trabalhos selecionados é de Sidney Chalhoub: *Visões da Liberdade* foi citada 213 vezes, praticamente metade de todas as dissertações e teses de História sobre escravidão entre 2014 e 2019. A tabela 5 mostra



as obras mais citadas dos 10 autores e autoras mais citados e o ano de suas primeiras edições. As duas obras mais citadas de João Fragoso e Flávio Gomes não entraram na tabela porque são coletâneas de artigos, já os livros com mais de um autor que não reúnem textos de diversos autores entraram na tabela. Estes dois autores, inclusive, destoam dos demais no estilo de produção acadêmica citada. Enquanto a maioria possui um livro que aparece, mais ou menos, na metade das vezes em que são referenciados, Fragoso e Gomes têm sua obra mais citada em 36% e 20% respectivamente, apenas. Isso significa que ambos aparecem com uma enorme diversidade de trabalhos. Foram identificados 97 trabalhos de Flávio Gomes, entre organizações, livros, artigos e prefácios. e 75 para Fragoso, maior número dentre os 10 autores analisados aqui. Em outra ponta, Chalhoub têm 39 obras citadas, mas seu livro com mais referências aparece 80% das vezes. Ou seja, a cada 5 trabalhos que citam Sidney Chalhoub, 4 citam *Visões da Liberdade*. A cada 5 trabalhos que citam Flávio Gomes, apenas 1 cita *História de Quilombolas*.

**TABELA 5: Obras mais citadas dos 10 autores mais citados na historiografia brasileira da escravidão (2014-2019)**

<b>Autores</b>	<b>Obra (primeira ed.)</b>	<b>Citações</b>
Sidney Chalhoub	<i>Visões da liberdade</i> (1990)	213
Hebe Mattos	<i>Das cores do silêncio</i> (1995)	183
Robert Slenes	<i>Na senzala, uma flor</i> (1999)	171
Stuart Schwartz	<i>Segredos internos</i> (1988)	131
João Reis	<i>Negociação e conflito</i> (1989)	130
José Carvalho	<i>A construção da ordem</i> (1980)	108
Sílvia Lara	<i>Campos de violência</i> (1988)	106
Manolo Florentino	<i>A paz das senzalas</i> (1997)	100
João Fragoso	<i>Homens de grossa aventura</i> (1992)	67
Flávio Gomes	<i>História de quilombolas</i> (1995)	46

**Fonte: Elaboração própria**

Por fim, a única intersecção entre os autores que aparecem entre os 100 mais citados e entre os 449 selecionados na seção 1.2.1 é Tâmis Parron, que defendeu o



doutorado em 2015, na História Social da USP, e teve sua dissertação de mestrado publicada em formato de livro em 2011.

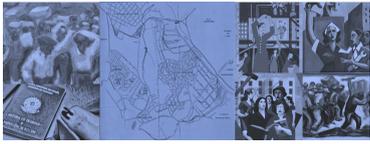
Em termos regionais, as maiores frequências estão bem próximas das nacionais. Infelizmente, a contagem não é possível para as regiões Norte e Centro-Oeste pelo baixo número de trabalhos. Como explicado na metodologia, apenas trabalhos com mais de 15 aparições foram contabilizados. A tabela 6 mostra quais são os principais autores e autoras por região.

**TABELA 6: 10 maiores frequências de citações por regiões**

P.	Nordeste	Sudeste	Sul
	Sidney		
1	Chalhoub	Hebe Mattos	Hebe Mattos
2	João José Reis	Sidney Chalhoub	Sidney Chalhoub
3	Hebe Mattos	João José Reis	Robert Slenes
4	Flávio Gomes	Robert Slenes	João José Reis
		Manolo	
5	Stuart Schwartz	Florentino	Carlo Ginzburg
6	Kátia Mattoso	Silvia Lara	Peter Burke
7	E. Thompson	Flávio Gomes	Giovanni Levi
8	Silvia Lara	José Carvalho	Keila Grinberg
	Marcus		
9	Carvalho	João Fragoso	Paulo Moreira
1			Fernando
0	Robert Slenes	Keila Grinberg	Cardoso

Fonte: Elaboração própria

Como era esperado, algumas obras regionais se sobressaem nas suas respectivas regiões. É o caso de Paulo Roberto Staudt Moreira, e Fernando Henrique Cardoso para a região Sul. Embora o segundo seja carioca com formação acadêmica paulista, uma de suas principais obras acerca da escravidão é sobre o escravismo nas charqueadas do Sul. Já o primeiro teve a formação e trabalhos voltados ao Rio Grande do Sul. Outros autores que podem ser considerados regionais, por só aparecerem em uma coluna, são Kátia Mattoso, Marcus Carvalho e Stuart Schwartz para o Nordeste e João Fragoso com Manolo Florentino para a região Sudeste. Dentre as referências teóricas estrangeiras, o Nordeste conta com Edward Thompson e o Sul com dois autores da micro-história, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Já o Sudeste não conta com nenhum entre os



primeiros 10, sendo o motivo de nenhuma referência teórica estrangeira aparecer nos primeiros 10 da tabela 4.

### **Conclusão e trabalhos futuros**

Os resultados acima confirmam, por uma via quantitativa, o consenso de que houve uma ruptura nos anos 1980 na historiografia da escravidão que se mantém como a base para estes estudos nas universidades brasileiras até hoje. Os principais autores desta nova historiografia aparecem na grande maioria dos trabalhos publicados e é praticamente impossível que nenhum dos 10 autores e autoras mais citados não seja encontrado nas referências dos trabalhos acerca da escravidão entre 2014 e 2019.

### **FONTES PRIMÁRIAS E ROTINA**

Dissertações e teses consultadas e tabelas criadas a partir delas podem ser encontradas no link abaixo

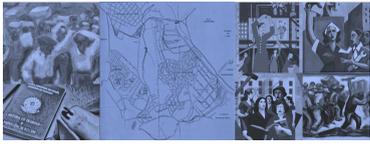
<https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1qi4o5KMkG9hGk6hReFy8udpgoSxnj2IE>

Rotina do programa pode ser acessado no github abaixo

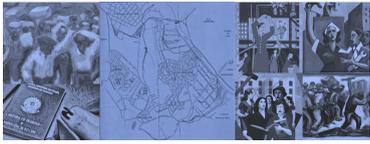
[https://github.com/francisco-carvalho/Historiografia\\_escravidao.git](https://github.com/francisco-carvalho/Historiografia_escravidao.git)

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Gabriel. *É difícil como o quê? Escravidão e usos públicos do passado nas telenovelas Escrava Isaura & Xica da Silva*. Dissertação (mestrado em História) –



- programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 173. 2017.
- ADOLFO, Roberto. *A emergência do escravo-agente na historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980*. Dissertação (mestrado em História) – programa de pós-graduação da Universidade Estadual Paulista de Assis. Assis, p. 147. 2014.
- BRASIL. *Ministério da Educação*. Relatório de Avaliação quadrienal 2017 História. 2017.
- CARDOSO, Fernando. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1977.
- CHALHOUB, Sidney. *Gorender põe etiquetas nos historiadores*. São Paulo, SP: Folha de São Paulo, 24/11/1990b, Caderno Letras.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990b.
- FLORENTINO, Manolo; GOÊS, José. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro, RJ: Diadorim, 1993.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. Ouro Preto, MG: LPH Revista de História. V. 3. N.1, 1992 p. 214-266
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo, SP: Ática. 1990a.
- GORENDER, Jacob. *Como era bom ser escravo no Brasil*. São Paulo, SP: Folha de São Paulo, 15/12/1990b, Caderno Letras.
- LARA, Silvia. *Blowing in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. São Paulo, SP: PUC, Projeto História (12). 1995. p. 43 – 56.
- LARA, Silvia. *Escravidão no Brasil: Um Balanço Historiográfico*. Ouro Preto, MG: LPH Revista de História. V. 3. N.1, 1992 p. 215-244.
- LARA, Silvia. *Gorender escraviza a história*. São Paulo, SP: Folha de São Paulo, 12/01/1991, Caderno Letras.
- MAESTRI, Mário. **O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Gorender**. In: GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2010. P 13 - 45.
- MARQUESE, Rafael. *As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira*. São Paulo, SP: Revista de História, n. 169. p. 223-253. 2013.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª ed. revista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.
- SILGE, Julia e ROBINSON, David. *Text Mining with R: a tidy approach*. 2017, O'Reilly Media, Inc.
- SILVA, Iraneide. *É preta, é preto em todo canto da cidade: história e imprensa na São Luis/ MA (1820 – 1850)*. Tese (doutorado em História) – programa de pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 202. 2017.



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

SILVA, Roger. *Em nome da ordem: o Jornal do Commercio e as batalhas da abolição*. Tese (doutorado em História) – programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 277. 2017.

SLENES, Robert. **Apresentação** In: MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª ed. revista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013. p. 15 - 26.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil sudeste, século XIX*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011.